

Selena Duarte Lage  
e Lage

# UTOPIAS URBANAS AO LONGO DA HISTÓRIA: AS ELUCUBRAÇÕES UTÓPICAS AINDA TÊM LUGAR NA PÓS-MODERNIDADE?

pós- | 1

## RESUMO

As primeiras utopias relativas aos espaços urbanos datam do século XV. Desde então, muitas foram as utopias urbanas elaboradas ao longo dos séculos, mas a Pós-Modernidade parece ter provocado a morte das ideias utópicas no Urbanismo. Entretanto, se tomarmos de empréstimo a concepção de “utopia” defendida por Ernst Bloch, podemos considerar o movimento social-urbano “Cidade que Queremos BH” como exemplo de utopia urbana contemporânea. Trata-se de uma utopia que não está apenas no futuro, mas, principalmente, no presente, entendido como única temporalidade detentora das possibilidades de transformação do porvir.

## PALAVRAS-CHAVE

Utopia. História do Urbanismo. Movimentos urbanos.



[HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2019.134307](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2019.134307)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 26, n. 48, e134307, 2019.

URBAN UTOPIAS THROUGHOUT  
HISTORY: DO UTOPIAN  
LUCUBRATIONS STILL HAVE A  
PLACE IN THE POSTMODERNITY?

ABSTRACT

The first utopias associated to urban spaces are dated from the fifteenth century. Since then, many urban utopias have been arisen over the centuries, but the Postmodernity seems to have caused the death of utopian ideas related to Urbanism. However, if we borrow the conception of Utopia advocated by Ernst Bloch, we can consider the urban-social movement called “Cidade que Queremos BH” (“The city we want, Belo Horizonte”) as an example of contemporary urban utopia. It is about an utopia that do not state only in the future, but mainly in the present, that is understood as the only temporality that holds the possibilities of transformation of what may come.

KEYWORDS

Utopia. History of Urbanism. Urban movements.

## AS PRIMEIRAS UTOPIAS URBANAS

A aspiração a uma sociedade harmoniosa pode ser verificada desde os filósofos gregos do século V<sup>1</sup>. Mas é no século XVI, a partir da “Ilha da Utopia” de Thomas More<sup>2</sup>, que a palavra “utopia” vai tornar-se título de gênero literário e ganhar, ao longo da história, inúmeras variações e significados.

Jerzy Szachi afirma que “[a utopia] nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado.” (SZACHI, 1972, p. 13). Não satisfeito com a realidade presente, o utopista imagina uma outra ordem humana, por ele considerada como a ideal. Esta oposição entre realidade e ideal implica o fato de que as ideias utópicas são sempre históricas, ou seja, estão relacionadas à época/ condições em que são criadas.

As primeiras utopias relativas aos espaços urbanos quanto a suas características físicas remontam ao Humanismo Renascentista<sup>3</sup>, quando, rompendo-se com a tradição cristã fundamentada no pensamento teocêntrico e dogmático, passa-se a valorizar o homem e seus atributos de liberdade e razão. A partir do século XV, as cidades ideais descritas ou pintadas por literatos e pintores apresentam, em todas as suas versões, extremo rigor geométrico, com formas puras e simétricas, onde se impunha a racionalidade na organização dos espaços físicos e da vida de seus habitantes.

A “Cidade do Sol”, idealizada por Tommaso Campanella no início do século XVII<sup>4</sup>, é representativa da fé na razão e nos saberes científicos próprios do homem moderno. Situada sobre uma alta colina, divide-se em sete círculos designados com os nomes dos sete planetas conhecidos à época. Cada círculo se comunica com o outro por quatro diferentes caminhos, que terminam em quatro portas, voltadas para os quatro pontos cardeais da Terra. Os círculos são circundados por muralhas adornadas com pinturas representativas de todas as ciências (figuras e versículos referentes à astrologia, matemática, gramática, geografia, história, ciências naturais etc.), através das quais os habitantes podem aprender de forma espontânea, sem fadiga. No cimo do monte ergue-se o belo templo do sacerdote-regedor da cidade (chamado Hoh, também traduzido como Sol), cuja autoridade é absoluta (CAMPANELLA, 1602).

Para além da organização física, a Cidade do Sol trata da organização de uma sociedade ideal, assim como a Ilha da Utopia de Thomas More. Como nesta, a Cidade do Sol também expõe um sistema comunista de vida. Nela reinaria a igualdade política e econômica sustentadas por um alto nível tecnológico e científico. O espaço físico não só faria parte desta sociedade ideal, mas participaria da sua construção e manutenção, seja ao destacar, em local central e mais alto, o templo sagrado, seja ao utilizar as muralhas na educação contínua e permanente de seu povo, ou ainda, e principalmente, ao demonstrar o bem-estar possível a partir de uma organização espacial cartesiana, fruto da razão humana.

Na prática, o período renascentista não experimentou grandes transformações nos organismos urbanos existentes e tampouco a fundação de novas cidades (BENEVOLO, 2012). Assim, as elucubrações urbanísticas deste período permaneceram um objetivo teórico<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Da Antiguidade, destaca-se a *República* de Platão como descrição de uma sociedade ideal.

<sup>2</sup> A publicação de Thomas More de 1516 trazia o título: *Livreto de veras preciosas e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha da Utopia até hoje desconhecida*. Trata-se da descrição de uma ilha próspera e feliz encontrada por um viajante português.

<sup>3</sup> Anteriormente a esta época, como exemplo conhecido de utopia com descrição de traçado urbano tem-se o *Critias* de Platão, que descreve a ilha de Atlântida e serviu de referência a Thomas More e seus contemporâneos (PESSOA, 2006).

<sup>4</sup> A primeira publicação, com título original *La città del sole*, data de 1602.

<sup>5</sup> Como exceção, podemos citar Palmanova, cidade construída no nordeste da Itália no início do século XVI. Previamente projetada a partir de preceitos matemáticos e estéticos – em que lógica, rigor e beleza coincidem – possui a forma de uma estrela de nove pontas.

No século XVIII, a cultura iluminista põe definitivamente em cheque uma visão de mundo ditada por dogmas religiosos e volta-se às explicações/conhecimentos de fundo científico. A arquitetura neoclássica de então é fruto das transformações culturais, técnicas e territoriais pelas quais passava a sociedade, que mais tarde culminariam na arquitetura moderna (FRAMPTON, 2008). Arquitetos “visionários” do período, como Étienne-Louis Boullée e Claude-Nicolas Ledoux, ao mesmo tempo em que retornaram ao vocabulário da Antiguidade, deixaram como legado um novo entendimento da relação homem-natureza.

Na década de 1770, Ledoux projetou e construiu para Luís XVI, em Arc-et-Senans, o complexo de uma fábrica de sal que pode ser considerada um dos primeiros experimentos de cidade industrial. As ideias elaboradas para este empreendimento transformaram-se posteriormente no núcleo central da sua proposta de cidade ideal – a Cidade de Chau. Nessa proposta, as casas eram organizadas ao redor de uma praça elíptica, que representava a trajetória do sol (PESSOA, 2006). Novamente aqui é usada uma referência cósmica para gerar a forma urbana. Segundo Pessoa (2006, p. 34), *“até o século XVIII existe a noção de que a cidade faz parte de um todo, e esse todo engloba não só o sistema solar, mas todo o universo”*, de modo que elementos da natureza vão servir como ponto de partida para o desenho da cidade e dos edifícios.

A referência cósmica recorrente nas utopias urbanas até o século XVIII perde-se na cidade industrial do século XIX e XX. Porém, veremos que outras ideias de Ledoux seguirão influenciando propostas urbanísticas posteriores, como sua noção de higiene (que pode ser considerada vanguardista), em função da qual propôs para a Cidade de Chau edifícios isolados entre si e avenidas bastante arborizadas. No mais, o arquiteto deu atenção aos edifícios utilitários da cidade, tratando cada um individualmente: as formas e/ou ornamentos das edificações eram relacionados à sua função.

## O SÉCULO XIX E A EXPLOSÃO DE UTOPIAS

No século XIX, frente ao acelerado crescimento demográfico e espacial das cidades europeias decorrente da industrialização, o movimento de observação e reflexão sobre os espaços urbanos ganhou fôlego. Françoise Choay (1979) chama de “Pré-Urbanismo” o conjunto de propostas e reflexões relacionadas aos problemas urbanos que, no decorrer do século XIX, foram colocadas por generalistas, tais como historiadores, economistas ou políticos<sup>6</sup>.

Os pré-urbanistas, assim como Campanella, não dissociaram os espaços físicos da estrutura sociopolítica das cidades. Também descrevem modelos ideais de organização física e social<sup>7</sup>. Estes modelos são, em sua maior parte, bastante detalhados e rígidos, no sentido de não permitirem variações no ideal previamente estipulado. Choay (1979) divide os modelos do Pré-Urbanismo em “progressistas” e “culturalistas”.

Enquanto os modelos culturalistas, a partir das críticas à cidade industrial, voltam-se ao passado e tomam como referência as cidades e o modo de vida medievais, os modelos progressistas orientam-se para o futuro, embasados pela ideia de progresso. Neste grupo enquadram-se as propostas de Robert Owen, Charles Fourier, Étienne Cabet e Jean-Baptiste Godin, entre outros. Estes,

<sup>6</sup> Choay (1979) utiliza o termo “generalista” em oposição a “especialista”. No caso do Urbanismo, consagrou-se como especialista o arquiteto.

<sup>7</sup> Em alguns casos, as críticas à cidade e à sociedade do século XIX não suscitaram modelos físicos de ocupação, a exemplo das publicações de Marx e Engels.

herdeiros do pensamento moderno originário no Renascimento, acreditavam que a razão, a ciência e a técnica possibilitariam resolver os problemas dos homens em sua relação com o meio e entre si.

Assim, partiam do pressuposto de que a análise racional permitiria a determinação de uma ordem-tipo, ou seja, passível de ser aplicada a qualquer agrupamento humano, independentemente do lugar e tempo. Os espaços físicos destes modelos apresentam traçados racionais e obedecem a uma organização funcional – as funções urbanas, tais como moradia, trabalho e lazer, são analisadas e instaladas separadamente. Os espaços construídos são entremeados de espaços vazios e verdes, exigência da higiene; os edifícios, assim como o conjunto urbano, são protótipos previamente definidos a partir das demandas e necessidades humanas determinadas cientificamente.

Em relação à organização socioeconômica, muitos dos modelos do século XIX apresentam um modo de vida socialista, em que os bens da terra e da produção humana eram repartidos de forma igualitária. Marx e Engels, com o intuito de desqualificar o discurso dos que propuseram tais modelos, chamaram-nos “socialistas utópicos” (CHOAY, 1979)<sup>8</sup>. “Utópico” foi o termo utilizado para designar as propostas como insuscetíveis de serem aplicadas na prática, pois, segundo Marx e Engels, não partiam de uma fundamentação científica que explicitasse as raízes dos problemas e, desta forma, não apresentavam os meios “reais” de superá-los. Entretanto, ao vincularem suas propostas de organização socioeconômica a propostas de organização espacial, pode-se considerar que os socialistas utópicos entendiam o próprio espaço físico como meio de transformação da sociedade.

Foram poucas as realizações concretas dos modelos dos socialistas utópicos: na Europa, as construções de Owen em New Lanark e de Godin no falanstério de Guise; nos Estados Unidos, as “colônias” fundadas pelos discípulos de Owen, de Fourier e de Cabet. Todos empreendimentos realizados numa escala reduzida e que se desestruturaram com poucos anos de existência. Para além das críticas de Marx, Choay acredita que o fracasso destas tentativas pode ser explicado “*pelo caráter limitador e repressivo de sua organização, e principalmente por seu rompimento com a realidade socioeconômica contemporânea.*” (CHOAY, 1979, p. 15).

Situada no limiar entre as utopias urbanas não realizadas (realizáveis?) e aquelas de repercussão prática<sup>9</sup>, está a proposta de cidade-jardim de Ebenezer Howard, publicada no final do século XIX<sup>10</sup>. A ideia partia do pressuposto de que é possível unir, em um único lugar, as vantagens da vida na cidade e da vida no campo. Assim, junto aos espaços construídos propõem-se muitos parques e bosques, conformando belas paisagens campestres, e um “cinturão verde” limitaria a expansão espacial e demográfica da cidade. A proposta de cidade-jardim de Howard tem uma organização física racional<sup>11</sup> e apresenta preocupações higienistas e inovações tecnológicas próprias das propostas progressistas, mas enfatiza questões estéticas e relacionadas à limitação espacial e demográfica próprias das propostas culturalistas (HOWARD, 1902).

No que se refere à organização socioeconômica, Howard verificou que a falta de áreas verdes nas cidades, especialmente nas áreas centrais, se dá em função do alto preço dos terrenos, que leva os proprietários a um

<sup>8</sup> Opõe-se ao socialismo utópico o chamado socialismo científico, criado por Marx e Engels.

<sup>9</sup> Em ambos os casos, as propostas urbanísticas não escapam à dimensão do imaginário, portanto afirmam-se num movimento utópico. Além disso, não se deve esquecer a dimensão histórica da categoria “utópico”, de modo que um projeto impossível em determinado momento pode vir a ser possível em outra época.

<sup>10</sup> Howard publica em 1898 *Tomorrow: a peaceful path to real reform*, cuja segunda edição terá o título *Garden cities of tomorrow*.

<sup>11</sup> Em sua publicação, Howard esboça alguns desenhos para a cidade-jardim, mas recomenda que sejam considerados como simples esquemas. Trata-se de forma circular com seis bulevares que atravessam a cidade do centro à última circunferência, dividindo-a em seis partes.

aproveitamento intensivo deles; além disso, a concentração dos interesses estimula um crescimento progressivo das cidades, empurrando o campo cada vez para mais longe. Assim, debruçou-se principalmente em resolver este problema, propondo que a cidade-jardim fosse dirigida por uma sociedade anônima constituída pela coletividade dos habitantes, proprietária da terra, mas não das moradias, serviços ou atividades econômicas. Os lotes seriam alugados aos habitantes-sócios e a renda proveniente dos aluguéis seria utilizada para manutenção e benfeitorias na própria cidade.

As ideias de Howard foram colocadas em prática em 1902, com a construção de Letchworth – a primeira cidade-jardim – situada a cerca de 50 km de Londres. O traçado urbano foi projetado pelos arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin, que se inspiraram nas ideias formais e estéticas dos culturalistas, especialmente Camillo Sitte. O centro cívico e comercial foi delimitado entre importantes avenidas, que têm maiores larguras e absorvem os maiores fluxos. As demais ruas apresentam traçados sinuosos, acompanhando a topografia, e configuram malhas abertas e semiabertas. O verde foi garantido pelas praças e parques, pela arborização das ruas e avenidas e pelas extensas áreas de jardins nos lotes. Regulamentos minuciosos visavam garantir a qualidade estética e a convivência harmônica dos moradores.

Prevista para 35 mil habitantes, Letchworth foi povoada muito lentamente. A propriedade do solo terminou em mãos de acionistas externos, não ficando com a coletividade dos habitantes. Em 1919, a cidade de Welwyn, situada a cerca de 15 km de Londres, foi a segunda tentativa de Howard. Pela proximidade à capital, Welwyn foi povoada rapidamente, porém, configurando-se como um bairro de Londres, a autossuficiência idealizada por Howard não se realizou. O cinturão agrícola foi progressivamente diminuído e, tanto em Welwyn quanto em Letchworth, reduziu-se a uma faixa verde sem relevância econômica (BENEVOLO, 1976).

Assim, como legado das cidades-jardins ficou o traçado orgânico das ruas, a distribuição generosa das áreas verdes e a uniformidade das construções, que proporcionaram um cenário elegante e aprazível. Essas características físicas se tornaram referências na implantação de novas cidades e bairros europeus, bem como dos subúrbios norte-americanos. Também inspiraram e ainda inspiram bairros e condomínios horizontais fechados em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Mantida a estrutura fundiária tradicional, a alta proporção áreas verdes/áreas construídas encarece o preço dos terrenos, o que inviabiliza esse tipo de ocupação a pessoas de baixa renda, especialmente em países pobres.

### A UTOPIA MODERNISTA: ÚLTIMO SUSPIRO DA FÉ NA RAZÃO

A partir de meados do século XIX o modelo urbano que se consolida em todo o mundo ocidental pode ser chamado de “pós-liberal” (BENEVOLO, 2012). Este modelo, em grande medida influenciado pelos socialistas utópicos e reformadores do século XIX, respeita a liberdade das iniciativas privadas desde que obedecidas as limitações impostas pela administração pública. Seus caracteres ainda hoje são determinantes na organização das cidades contemporâneas.

Trata-se de um acordo entre a administração pública e proprietários imobiliários, em que se delimitam os espaços de atuação de cada um. A administração pública gere o necessário para fazer funcionar o conjunto da cidade (obras e serviços relacionados à circulação, saneamento, energia etc.), enquanto os proprietários administram o restante. Sobre os terrenos privados a administração pública influi apenas indiretamente, através de regulamentos que objetivam a boa convivência ou referem-se a interesses coletivos.

Dessa maneira, a forma da cidade pós-liberal torna-se aquela da máxima renda imobiliária. Assim, alguns de seus problemas mais recorrentes é o excesso de adensamento nas áreas centrais, o espraiamento em direção a subúrbios cada vez mais longínquos e a falta de moradias para aqueles que não conseguem arcar com os valores imobiliários. Esses problemas são atenuados por alguns corretivos, como melhorias na circulação e construção de parques públicos e de casas populares. Porém, na dinâmica urbana instaurada, esses paliativos nunca são suficientes e oneram, cada vez mais, a administração pública.

A utopia modernista surge então como alternativa a este modelo de cidade. O movimento Moderno, nas suas diversas expressões artísticas, almejava um mundo diferente, independente dos modelos tradicionais. Os mestres da arquitetura moderna, a partir do segundo decênio do século XX, traduziram estas aspirações ao ambiente construído, tratando-o em todas as suas escalas – desde objetos da vida cotidiana ao espaço urbano e regional.

Em relação a propostas urbanas, destaca-se o arquiteto franco-suíço Le Corbusier (FRAMPTON, 2008)<sup>12</sup>. Como herdeiro do pensamento progressista, Le Corbusier acreditava no progresso tecnocientífico e industrial rumo à construção de ambientes capazes de gerar benefícios psicofisiológicos ao homem com o mínimo dispêndio material e financeiro. Partia da concepção de homem-tipo para, a partir da racionalização, estandardização e mecanização industrial, alcançar a “eficácia” moderna. Tais ideias encontraram abrigo, reforço e difusão no grupo dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)<sup>13</sup>, no seio do qual foi elaborada a Carta de Atenas, manifesto urbanístico datado de 1933 (fruto do IV Ciam) e publicado em 1943.

A preocupação com a eficácia revela-se, sobretudo, na importância atribuída à questão da saúde e da higiene. Na Ville Radieuse (Cidade Radiosa), modelo de cidade desenvolvido por Le Corbusier na década de 1930, os volumes edificados são dispostos a grandes distâncias entre si de modo a proporcionar generosa incidência solar sobre eles durante todo o ano. A rarefação horizontal é equilibrada pela densificação vertical, com prédios de muitos andares. Além disso, os prédios e ruas são elevados sobre o solo por pilastras (*pilotis*), liberando toda a superfície do terreno para as áreas verdes de uso público. Prioriza-se, assim, o bem-estar e a saúde do homem acima dos interesses ou lucro de um grupo particular. Para melhor ordenamento urbano, a Ville Radieuse apresentava-se organizada em faixas (zonas) destinadas, cada qual, a uma função urbana (FRAMPTON, 2008).

Para Le Corbusier e seus correligionários, a beleza e legibilidade urbanas são obtidas pela ordem e simplicidade formal. A cidade apresenta quatro funções-chave – habitar, trabalhar, recriar-se e circular – as quais devem ser dispostas em setores específicos de forma a oferecer as condições mais favoráveis ao

<sup>12</sup> Charles-Édouard Jeanneret (Le Corbusier) registrou suas ideias em várias publicações, das quais podemos destacar em relação ao Urbanismo: *Urbanisme* (1925), *La Ville Radieuse* (1935), *La Charte d’Athènes* (1943), *Propos d’Urbanisme* (1946) e *Manière de Penser l’Urbanisme* (1946).

<sup>13</sup> Os Ciam constituíram uma organização e uma série de eventos dos quais fizeram parte os principais nomes da arquitetura moderna. O primeiro aconteceu em 1928, na Suíça, e o último em 1956, na Iugoslávia.

<sup>14</sup> Diretrizes urbanísticas presentes na Carta de Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

<sup>15</sup> Lúcio Costa, formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1924, foi pioneiro da arquitetura moderna no Brasil. Participou do grupo dos Ciam e contribuiu para a reformulação dos cursos de arquitetura no país a partir de sua atuação como diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

desenvolvimento de suas atividades. A habitação é a função-chave a partir da qual se devem planejar as outras. Um grupo de células habitacionais (as moradias) conforma uma unidade habitacional, que deve ser provida de todos os serviços necessários à vida cotidiana, como abastecimento, saúde, educação, lazer etc.<sup>14</sup>.

Tais ideias inspiraram os conjuntos habitacionais implantados mundo afora a partir de 1945: grandes prédios de apartamentos com vários serviços comuns, como áreas de lazer e esportes, lavanderias, restaurantes, entre outros. Ressalta-se que estas propostas estão a meio caminho entre a moradia socialista coletiva (a exemplo do falanstério de Fourier) e o prédio de apartamentos burguês (FRAMPTON, 2008).

Além dos conjuntos habitacionais, a influência das ideias de Le Corbusier também pode ser verificada no desenvolvimento urbano de muitas cidades. Em especial devemos citar Brasília, cidade inteiramente projetada sob os preceitos da Carta de Atenas. O arquiteto Lúcio Costa<sup>15</sup>, autor do projeto, partiu de um traçado elementar, em forma de cruz, para organizar todos os setores da cidade. As partes destinadas às moradias foram divididas em superquadras onde se implantam em *pilotis* os prédios habitacionais. Quatro superquadras conformam uma unidade de habitação, que dispõe, cada uma, de comércios e serviços. No mais, a monumentalidade exigida pela função de capital do país ficou a cargo de Oscar Niemeyer, que projetou os principais prédios institucionais da cidade como esculturas soltas na imensidão do planalto.

O projeto e implantação de Brasília são da segunda metade da década de 1950. A utopia modernista é concretizada, pois, em uma época em que a esperança de construção de um mundo melhor estava dilacerada. Após a II Guerra Mundial, a fé no progresso científico começa a ser questionada, e paira sobre os homens uma nuvem de pessimismo e ceticismo. Não obstante, havia muito a ser reconstruído nos países devastados pela guerra e muito a ser realizado nos países periféricos, onde se fortalecia a industrialização e, com ela, a urbanização. Para tantas novas demandas, a austeridade e eficiência econômica da arquitetura moderna foram bem aceitas pelo mercado imobiliário. Especialmente no caso do Brasil, o símbolo de modernidade que insinuava ajudou a construir a ideia de progresso, estabilidade e ordem almejada por nossos políticos à época.

Porém, mais uma vez as ideias concretizadas se reduziram à questão formal. Na medida em que a propriedade privada do solo e o pacto “pós-liberal” entre proprietários e poder público permaneceram nas sociedades capitalistas, torna-se difícil a gestão de espaços intermediários entre a utilização pública e privada do solo, como propuseram os modernistas, bem como a democratização das benfeitorias urbanas.

Assim, em Brasília, mais uma vez as benesses do modelo se restringiram às classes mais abastadas. Devido aos altos custos imobiliários da cidade planejada (o “Plano Piloto”) desde sua inauguração, os mais pobres se estabeleceram nas cidades satélites do entorno. Apesar de previstas no plano de Lúcio Costa, estas cidades não foram previamente planejadas antes de serem ocupadas, e muitas delas ainda são desprovidas de ordenamento urbanístico, infraestrutura e serviços adequados.

## FIM DAS UTOPIAS NA PÓS-MODERNIDADE?

A Pós-Modernidade parece ter provocado a morte das ideias utópicas. A derrocada do sistema socialista, acompanhada pela intensificação da cultura de consumo e exacerbação do individualismo, parece ter destruído o sentido do bem comum que é a marca das narrativas utópicas. No Urbanismo, desde a utopia modernista, não se verificam propostas de modelos de cidades a serem alcançados ou construídos.

Em relação aos espaços urbanos, ganharam tônica em muitas expressões artísticas, especialmente no cinema, as chamadas contrautopias (ou distopias), como as verificadas nos filmes *Alphaville* (1965)<sup>16</sup> e *Blade Runner* (1982)<sup>17</sup>. São obras que apresentam uma sociedade imaginária que não pode ser considerada ideal e nem é vista como tal pelos seus criadores; ao contrário, têm como intenção provocar horror e repulsa.

Szachi (1972) classifica as contrautopias de utopias negativas, considerando-as, portanto, também partícipes do gênero das utopias. Apesar de retratarem espaços negativos, enquanto as utopias positivas/“clássicas” produzem mundos perfeitos, os dois tipos de utopia não devem ser considerados opostos<sup>18</sup>. Ao contrário, ressalta-se sua consanguinidade, na medida em que partem de uma insatisfação com relação à realidade e, desta forma, são ambos um chamamento à transformação. Mas, enquanto nas utopias positivas a luta ideológica é feita pela oposição dos próprios ideais aos ideais alheios, nas utopias negativas apresentam-se os ideais dos adversários deturpados ou potencializados de tal maneira que apareçam como repulsivos. Szachi (1972) lembra-nos que este artifício não é uma descoberta de nossos tempos, tendo sido utilizado em outros momentos da história até mesmo de forma complementar a utopias positivas.

Não obstante, deve-se destacar uma importante diferença entre os dois tipos de utopia: a utopia negativa não nos apresenta uma alternativa ao que está sendo criticado. Excluídos os casos de sua aplicação como instrumento de propaganda conservadora ou reformista, “*devemos reconhecê-la como uma manifestação consciente ou inconsciente da necessidade de um mundo melhor percebida por homens que são incapazes de descobri-lo por si mesmo.*” (SZACHI, 1972, p. 123).

Autores contemporâneos das utopias negativas protestam contra o mundo existente, mas parecem não possuir a fé necessária para engajar-se na propagação do que consideram o bem. No mundo pós-moderno, o ideal soa como algo duvidoso em si, ou algo condenado ao fracasso.

No que se refere ao Urbanismo, a busca por um modelo ideal de cidade passa a ser criticada na medida que a cidade não é mais vista como um objeto, mas sim como um processo, a todo momento sendo construída e reconstruída por seus diversos atores. Dentro dessa nova perspectiva, a categoria “futuro” não pode ser idealizada e detalhada em pormenores, conforme o faziam as utopias urbanas clássicas.

Porém, verifica-se o surgimento de outras narrativas utópicas, contrárias às grandes narrativas enrijecidas: as novas ou pós-modernas utopias urbanas tratam questões pontuais ou localizadas (mesmo que suas influências e

<sup>16</sup> Filme de Jean-Luc Godard de 1965. Título original: *Alphaville, une étrange aventure de Lemmy Caution*.

<sup>17</sup> Filme de Ridley Scott, de 1982.

<sup>18</sup> Sobre a questão, deve-se destacar que os ideais humanos são bastante heterogêneos, a depender de questões históricas, culturais, de interesses de classe e até de formação e gosto pessoal, de modo que as utopias de uns podem parecer horríveis a outros. Assim, para a classificação de uma obra como utopia ou contrautopia, tem-se que pesquisar a intenção do autor, a recepção pelo público e o contexto histórico em que as ideias foram formuladas.

repercussões sejam abrangentes), não apresentam modelos acabados e, principalmente, focam na participação dos atores construtores da cidade. Contudo, na medida em que apresentam uma crítica/ruptura ao sistema presente e propõem alternativas transformadoras, podem ser consideradas utopias.

Podemos citar como exemplo de utopia pós-moderna o movimento Cidade que Queremos BH (também chamado Muiix pela Cidade que Queremos)<sup>19</sup>, formado por ativistas de vários movimentos sociais, coletivos e grupos organizados da cidade de Belo Horizonte-MG engajados na questão cultural, social e ambiental. No manifesto do movimento disponibilizado em seu sítio eletrônico encontrava-se este trecho: “*Ousamos sonhar outro futuro, no qual se expandam as possibilidades de vida livre, feliz, integrada com a natureza, fundada nos interesses coletivos e na democracia cidadã. Outra cidade é possível!*”<sup>20</sup>.

O movimento nasceu em 2015 com o intuito de tomar parte, de forma ativa, nas eleições municipais do ano seguinte. Em encontros realizados em diferentes locais públicos de Belo Horizonte ao longo de 2015, foram discutidos temas diversos relacionados à questão urbana, alguns deles com participação de teóricos e ativistas de outras cidades do Brasil. Como fruto destas discussões presenciais e também de discussões e compartilhamentos on-line, desenvolveram-se dez propostas para a cidade de Belo Horizonte, consideradas resultado parcial do processo de construção coletiva de propostas e programas. As dez propostas são: 1. Livre ocupação dos espaços públicos; 2. Transporte público, gratuito e de qualidade; 3. Menos viadutos, mais metrô; 4. Moradia é direito; 5. Cidade pedestre, ciclável e de baixo carbono; 6. Não às privatizações e mais parques; 7. Arte e cultura diversas e livres; 8. Recursos públicos para o bem comum; 9. Basta de racismo, machismo, transfobia e todas as formas de violência; 10. Democracia pela cidadania<sup>21</sup>.

Também foram desenvolvidos alguns princípios para guiar candidaturas populares e cidadãs nas eleições de 2016<sup>22</sup>. Dezesesseis candidaturas à vereança e uma à prefeitura – todas vinculadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – foram apoiadas pelo movimento. Duas vereadoras foram eleitas: Cida Falabella e Áurea Carolina, sendo esta última a vereadora mais votada da cidade. Ambas estão comprometidas com a proposta de que seus mandatos sejam transparentes, abertos e compartilhados. Juntaram-se num gabinete único na Câmara e estão realizando encontros abertos para discussão de propostas e realizando um revezamento entre os ativistas nos trabalhos de gabinete. Além disso, estão utilizando as redes sociais para maior democratização e transparência do cotidiano da Câmara.

Em 2016, o Cidade que Queremos desenvolveu uma plataforma digital de propostas colaborativas, onde qualquer pessoa pode apresentar propostas para a cidade, assim como debater, votar, comentar e sugerir melhorias nas propostas publicadas. As propostas são divididas em quatro grandes áreas, subdivididas por objetivos. As áreas são: democracia real e governo aberto; direito social e igualdade racial, étnica e de gênero; culturas urbanas, arte e educação; meio ambiente urbano e saúde. A plataforma também permite a organização das propostas por região ou distrito da cidade<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> As informações presentes neste artigo sobre o movimento Cidade que Queremos BH foram obtidas no sítio eletrônico [www.muiix.org](http://www.muiix.org) (acesso em nov. 2016, atualmente inativo) e através de questionários respondidos por participantes do movimento em novembro de 2016: Áurea Carolina, Cida Falabella, Felipe Magalhães, Henrique Gazzola e Roberto Andrés.

<sup>20</sup> Trecho retirado de [www.muiix.org](http://www.muiix.org) (acesso em nov. 2016, atualmente inativo).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://nossabh.org.br/2015/12/10-propostas-para-a-cidade-que-queremos/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>22</sup> São eles: construção coletiva de propostas e programas; ampliação da participação da cidade nas decisões dos partidos; mandatos abertos e compartilhados; candidaturas que levem ao protagonismo os sujeitos das lutas sociais, que expressem a diversidade de gênero, raça, orientação sexual e território, buscando-se a paridade; candidaturas não comprometidas com interesses privados e críticas ao sistema milionário de campanhas no Brasil; comprometimento com o congelamento dos altíssimos salários dos representantes eleitos e com o fim de auxílios que não se fazem necessários.

<sup>23</sup> A plataforma digital do Cidade que Queremos BH atualmente está indisponível.

## CONCLUSÃO

Diferente das utopias urbanas clássicas, a perspectiva de futuro do Cidade que Queremos não é constituída por uma ideia rígida e ordenada de cidade. Entretanto, suas propostas também podem ser chamadas utopias, na medida em que vislumbram uma realidade futura outra, diferente da em curso. Trata-se, porém, de uma ideia de utopia bastante diferente daquela de conotação alienada e alienante discutida por Marx. A conotação de utopia aqui defendida alinha-se ao que propõe Ernst Bloch (2005): como atuação antecipadora e promotora de possibilidades futuras. Bloch defende a ressignificação do pensamento utópico em seu papel propositivo, enquanto desejo e construção a partir do inconformismo ao que está no presente – uma não submissão ao insuficiente, ao escasso e ao injusto.

*A categoria do utópico possui, além do sentido habitual [fantasia irrefletida, elucubração abstrata e gratuita], justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio ao mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos.* (BLOCH, 2005, p. 22).

Na visão contemporânea de cidade como processo, portanto algo em permanente construção, não cabe pensá-la como objeto acabado e fixo, nem mesmo na sua versão técnica, estética e politicamente “perfeita” (para quem?). No entanto, a esperança de viver numa sociedade melhor permanece no homem, desejoso a mudar sua realidade de miséria, violência e injustiça. A utopia do Urbanismo contemporâneo, a exemplo do Cidade que Queremos, foca então no processo de construção da cidade, sempre com um horizonte à frente para direcionar o caminho, mas não para engessá-lo. A vontade utópica é o ânimo que impulsiona no decorrer do processo e está, ela própria, também em constante construção.

Assim, a fantasia da função utópica, construída sobre os sonhos por uma vida melhor, não deve ser entendida como mera fantasia quimérica, pois não se move por uma possibilidade vazia. São ideias que levam a pensar e a planejar sua elaboração, constituindo o que se pode denominar a práxis da utopia concreta: estrada que leva ao que se busca (APOLINÁRIO, 2008).

Nesse sentido, desconfigura-se um otimismo militante (oposto ao otimismo contemplativo), que está alicerçado na esperança consciente, qual seja, aquela capaz de reconhecer o conjunto das possibilidades reais que viabilizam a transformação das condições que se deseja transformar. Trata-se de uma utopia que não está apenas no futuro, mas, principalmente, no presente, como única temporalidade detentora das possibilidades de transformação do porvir. O futuro das cidades – e nosso futuro – está em construção de acordo com o que fazemos no presente, portanto não está num tempo distante, mas na reinvenção do agora.

## REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa. A práxis no pensamento utópico de Ernst Bloch. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 13, p. 43-56, 2008.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976. 813p.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 728p.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1. 437p.
- CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. [S. l.: s. n.], 1602. *E-book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadesol.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo – utopias e realidades: uma antologia*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1979. 350p.
- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 529p.
- HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow*. London: Swan Sonnenschein, 1902. *E-book*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/46134/46134-h/46134-h.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- PESSOA, Denise Falcão. *Utopia e cidades: proposições*. São Paulo: Annablume, 2006. 198p.
- SZACHI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 132p.

### Nota do Editor

Data de submissão: 09/07/2017

Aprovação: 18/04/2018

Revisão: Tikinet

---

### Selena Duarte Lage e Lage

Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Rua Saturnino de Brito, 224 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-889  
 ORCID: 0000-0001-9976-1034  
[selenalage@yahoo.com.br](mailto:selenalage@yahoo.com.br)